

Em 2008 o mundo mudou.

As razões que justificam a afirmação estão expostas no primeiro artigo deste número da revista. Trata-se de um artigo e não de um editorial para sublinhar que é uma opinião pessoal. O IDN enquanto tal não precisa nem deve ter uma opinião oficial sobre o assunto, até porque ele é muito polémico, tanto em termos da identificação do fenómeno, quanto da hierarquia e importância das manifestações e, sobretudo, das suas causas e soluções.

Simplemente, embora o IDN não deva ter uma opinião oficial sobre a polémica mudança global, ela vai ter consequências a muitos níveis e conduz a alterações significativas para esta casa.

A primeira das mudanças e a mais importante de todas diz respeito à missão do IDN. A resolução do Conselho de Ministros nº 39/2008, de Fevereiro deste ano, afirma que o IDN se deve consolidar *“como o principal órgão de apoio à formulação do pensamento estratégico nacional na directa dependência do MDN (Ministério da Defesa Nacional)”*.

São poucas palavras para uma missão gigantesca, de tal modo ampla que quase esmaga perante o seu peso. Isto é particularmente certo numa sociedade que, como já tive ocasião de desenvolver noutros textos, está pouco habituada a pensar de forma global e pública numa *“estratégia nacional”* e, quando esta existe em termos de formulação teórica (há sempre uma ou várias estratégias nacionais em termos de prática, mas nem sempre elas correspondem a um pensamento) é normalmente reservada e só parcialmente conhecida.

Uma missão tão imensa como esta tem de ser aplicada com uma aproximação faseada, até pelo simples, embora inapelável, motivo que os recursos escassos não permitem outra abordagem.

A primeira condicionante é que, por muito correctos que sejam os passos a dar actualmente, vai demorar tempo a haver resultados. Não se improvisa o pensamento que

deve apoiar uma “estratégia nacional”, pois ele é vasto e diversificado, o que exige uma aproximação complexa e demorada. Os resultados em termos de debate e aprofundamento de vários temas poderão ser visíveis já no próximo ano, mas os resultados em termos de pensamento elaborado nas vertentes prioritárias vão demorar vários anos e isto caso tudo seja feito de forma correcta.

A segunda condicionante é que se torna necessária uma abordagem por prioridades. Sendo o IDN uma instituição ligada à defesa a sua prioridade deve ser o apoio à elaboração de uma estratégia nacional da defesa, necessariamente incluída num quadro mais geral de segurança. É certo que num mundo em rápida evolução onde tudo está cada vez mais interligado, não se pode tratar qualquer aspecto particular de forma isolada, sob pena de viciar os resultados à partida. Hoje em dia, por exemplo, para pensar no futuro da segurança e defesa, é necessário reflectir sobre as causas dos grandes desafios da humanidade e de Portugal nos próximos anos, pois eles serão a fonte dos problemas e o cadinho das soluções futuras. Significa isto que para pensar nos desafios da defesa no futuro, é preciso, por exemplo, ter um pensamento e uma visão sobre problemas como a energia, os recursos escassos, as alterações ambientais e muitos outros que numa abordagem mais tradicional não estariam incluídos na “defesa”. É preciso, em resumo, ter uma visão das amplas mudanças que os desenvolvimentos em curso vão trazer ao quadro geral de segurança, sendo certo que neste é cada vez mais difícil separar o interno do externo.

A terceira condicionante é que para o IDN obter resultados significativos na sua missão principal é essencial conseguir sinergias com os múltiplos centros, nacionais, estrangeiros ou multilaterais, que reflectem sobre os problemas em causa. Isto é tão ou mais importante que elaborar um pensamento próprio. A criação do saber é um caminho difícil e tortuoso onde não há certezas e menos ainda deve haver monopólios ou “verdades oficiais”. Os problemas abrangidos por uma “estratégia nacional” são de tal modo vastos, que os contributos devem necessariamente vir de muitas origens, não sendo de esperar que vão todos no mesmo sentido. A dúvida, a incerteza, a procura, o debate, é algo essencial para a criação do saber e por isso mesmo ele deve ocorrer num ambiente de diálogo, de aceitação da polémica e de abertura. O IDN tenciona colocar-se como um centro desse debate, uma instituição que fomenta as sinergias na criação do pensamento novo, que procura e incentiva o dialogo entre indivíduos e instituições, não para transmitir qualquer “verdade oficial”, mas para fomentar a troca de ideias e a discussão de onde pode sair um novo saber. O IDN não é, em resumo, o “monopólio” do apoio à elaboração de uma “estratégia nacional” e só o tempo e a prática permitirão dizer se ele

será o “principal órgão de apoio” que o legislador optimista pretendeu ver nele. O que o IDN pretende ser desde agora é um fomentador de sinergias que caminha num determinado sentido, sendo certo que o “caminhante faz o caminho”, como garantia o grande poeta espanhol.

A quarta condicionante é que, se pretendemos desenvolver uma investigação ligada à “estratégia nacional”, ela deve ser feita numa base “nacional”. Não significa isto que deve ser elaborada segundo um pensamento único ou uma teoria dominante, ou só por nacionais, mas justamente o contrário. O que isto significa é que ela deve ser elaborada dentro de objectivos nacionais, sem preconceitos ou exclusões de qualquer ordem, o que não impede que se dê prioridade ao que se consideram ser os centros de maior credibilidade científica.

-*-

A carta de missão do actual director reflecte estas preocupações, nomeadamente quando afirma que o IDN ganhou como missão principal a investigação, mas sem perder as anteriores - elas simplesmente passaram para um segundo plano perante a imensa importância da principal.

As mudanças em curso para implementar a nova perspectiva são muito amplas, mas os seus resultados vão demorar tempo, ainda não se reflectindo por completo no actual número da revista.

A mais importante vertente da mudança será a investigação. O que se pode dizer no actual momento, é que ela será organizada em “Unidades Científicas e de Investigação”, que obedecem na sua constituição a uma visão das prioridades do trabalho a desenvolver. Estas UCI terão realidades muito diversas. Algumas serão formadas principalmente por investigadores da casa (civis e militares), mas outras são criadas para procurar sinergias com outras instituições vocacionadas para a investigação nesta área - Forças Armadas, Universidades (civis e militares), Institutos nacionais e estrangeiros, centros diversos a nível internacional (NATO, União Europeia, CPLP como primeiras preocupações).

Uma segunda vertente diz respeito ao espírito e ao funcionamento dos múltiplos cursos dados pelo IDN, que irão continuar e mesmo crescer. Os cursos passarão a ser mais abertos, com múltiplos eventos a que o público em geral pode assistir, serão focos de obtenção de sinergias e vão reflectir os resultados da investigação nos seus conteúdos. Os próprios cursos serão um local de debate que incentiva a investigação, tanto a do IDN

como a exterior e passarão a ser um local de aprofundamento desta, nomeadamente através dos trabalhos realizados.

As outras vertentes da actividade do IDN irão igualmente mudar para se adaptarem à nova missão principal da casa.

Resultados? Alguns são já visíveis. Outros, como já referi, precisam de tempo e de boa vontade, mas ela, sem dúvida, existirá, pelo simples motivo que a missão é de todos nós.

António José Telo